

Composição social e percursos escolares dos sujeitos do ProJovem: novos/velhos desafios para o campo da educação de jovens e adultos

Eliane Ribeiro Andrade

Luiz Carlos Gil Esteves

Edna Castro de Oliveira

Resumo

O arranjo curricular desenhado para o desenvolvimento do ProJovem Urbano fundamenta-se na aposta de articulação entre a elevação de escolaridade, com certificação de conclusão de ensino fundamental, e a qualificação profissional (formação básica), com certificação, por meio do incremento de arcos ocupacionais e o desenvolvimento de projetos de ação comunitária. A análise apresenta o alcance, os limites, os desafios e as possibilidades de currículos e projetos pedagógicos próprios, concebidos na instância federal e desenvolvidos pelos poderes locais, destacando a questão específica da juventude a partir do exame da documentação que conforma o ProJovem, incluindo estudos e avaliações já existentes. Os dados apresentados foram recolhidos entre cerca de 72 mil jovens matriculados nas primeiras turmas do ProJovem Urbano, iniciadas em setembro de 2008, que responderam a questionário autoaplicável quando da realização de avaliação diagnóstica dos alunos, em novembro de 2008.

Palavras-chave: educação de jovens e adultos; ProJovem Urbano; avaliação diagnóstica.

Abstract

The social characteristics and different paths of the people enrolled in the ProJovem project: new and old challenges in the field of youth and adult education

The curricular arrangement drawn for the development of the ProJovem Urbano project is based on the articulation between the development of community projects and the increasing of this educational level, including a fundamental teaching conclusion certificate, and a professional qualification (basic training) certificated through the increment of the professional occupations and the development of community projects. This analysis presents the reach, the limits, the challenges and the possibilities of the own curricula and pedagogic projects – conceived in the federal level and developed by the local powers – underlining the ProJovem project to conform to its documents, including studies and evaluations that are already existent. The data shown here were collected among 72 thousand students enrolled in the first groups of the ProJovem Urbano Project that was initiated in September of 2008. They answered to a self-assessment questionnaire during the students' diagnostic evaluation, in November of 2008.

Keywords: youth and adult education; ProJovem Urbano project; diagnostic evaluation.

Em recente pesquisa de opinião sobre juventudes,¹ o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (ProJovem) – vinculado à Secretaria Nacional de Juventude – aparece, nitidamente, como o programa governamental direcionado aos jovens brasileiros mais conhecido entre o conjunto da população. Tal constatação parece corroborar a intenção governamental de instituí-lo como *um marco na inauguração de uma ação estatal de peso na formulação de uma política de juventude* (Abramo, 2009), considerando, sobretudo, ter sido ele pensado a partir das próprias demandas sociais crescentes para essa significativa parcela da população, que, em números, representam 40 milhões de jovens entre 18 e 29 anos, isto é, 21,1% da população total brasileira (IBGE. Pnad, 2007).

O Programa foi implantado, em 2005, como parte do conjunto de ações instituídas pelo governo federal para a conformação de uma Política Nacional de Juventude, como a criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude, visando o estabelecimento da institucionalidade de políticas direcionadas para esse segmento. De início, o ProJovem foi destinado à inclusão social de jovens de 18 a 24 anos, tendo como meta a integração entre o aumento da escolaridade (conclusão do ensino fundamental), a qualificação profissional (formação inicial) e a ação comunitária. Envolveria uma ajuda de

¹ “Juventudes sul-americanas: diálogos para a construção de uma democracia regional” é um amplo levantamento quantitativo, coordenado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e pelo Instituto Polis, com o apoio do International Development Research Centre (IDRC), que ouviu 14 mil jovens e adultos da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai sobre a condição juvenil. No Brasil, o universo da mostra foi composto por 3.500 entrevistados(as) com mais de 18 anos de idade, dando destaque especial ao estrato jovem, de 18 a 29 anos, em função do objetivo central da investigação.

custo de R\$ 100,00 (cerca de 50 dólares, na época) por mês para cada aluno, em um total de 12 meses de duração, sendo financiado por recursos públicos repassados pela União para capitais e municípios de regiões metropolitanas responsáveis por sua execução. O marco do ProJovem pode ser creditado ao fato de ele ter sido o primeiro grande programa governamental brasileiro dirigido *intencionalmente* para as juventudes, num contexto em que os jovens insurgem como atores de peso nas agendas sociais e políticas do País.

Em 2008, após amplo processo de avaliação, conjugado a orientações advindas de seu campo de atuação, o Programa se reorganizou, expandindo seu foco de ação. O ProJovem original se tornou ProJovem Urbano, permanecendo com a finalidade de *eleva o grau de escolaridade visando ao desenvolvimento humano e ao exercício da cidadania, por meio da conclusão do ensino fundamental, de qualificação profissional e do desenvolvimento de experiências de participação cidadã* (Brasil. Secretaria..., 2008, p. 10). Em síntese, o processo representou, basicamente, uma reformulação do antigo ProJovem nos seguintes eixos: ampliação da faixa etária de atendimento até 29 anos; aumento do período do curso de 12 para 18 meses;² entrada de jovens com carteira de trabalho assinada; inclusão de jovens alfabetizados que não concluíram o ensino fundamental; e ampliação para municípios com mais de 200 mil habitantes.

Integrou-se ao ProJovem original uma série de ações que vinham sendo desenvolvidas por outros órgãos governamentais, tais como: o ProJovem Adolescente, que consiste na reestruturação do programa Agente Jovem e destina-se a jovens de 15 a 17 anos, com o objetivo de complementar a proteção social básica à família, oferecendo mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária e criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional; o ProJovem Campo, que, valendo-se do regime de alternância dos ciclos agrícolas, reorganiza o programa Saberes da Terra, tendo como meta fortalecer e ampliar o acesso e a permanência dos jovens agricultores familiares no sistema educacional, promovendo a elevação da escolaridade (com a conclusão do ensino fundamental), a qualificação e formação profissional como vias para o desenvolvimento humano e o exercício da cidadania; e o ProJovem Trabalhador, que unifica os programas Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica, visando à preparação dos jovens para o mercado de trabalho e ocupações alternativas geradoras de renda.

Quanto ao seu desenvolvimento, o ProJovem estabelece diretrizes curriculares e metodológicas que orientam a elaboração de materiais didáticos próprios, a organização do trabalho pedagógico e a avaliação dos processos de ensino e aprendizagem. Desse modo, a conformação curricular é construída a partir do cruzamento de eixos estruturantes com conteúdos curriculares selecionados (ciências humanas, língua portuguesa, inglês, matemática, ciências da natureza, qualificação profissional e participação cidadã), ou seja, os conteúdos devem ser trabalhados a partir dos seguintes eixos estruturantes: juventude e cultura, juventude e cidade, juventude e trabalho, juventude e comunicação, juventude e tecnologia e juventude e cidadania.

Como mencionado, o arranjo curricular e a dinâmica do Programa foram construídos a partir do seu público potencial, que, de modo geral, está bem próximo

² A carga horária do Projovem Urbano é de 2 mil horas (1.560 presenciais e 440 não presenciais) a serem cumpridas ao longo de 18 meses letivos (78 semanas). Está dividida da seguinte forma: 1.092 horas de formação básica (escolarização); 390 horas de qualificação profissional; 78 horas de participação cidadã; e 440 horas não presenciais.

do público que frequenta as classes de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no País. Diante dessa constatação, expor o perfil de seus alunos e, em especial, entender suas trajetórias é tentar conhecer um pouco mais o conjunto de obstáculos que impede a efetiva democratização do ensino no País, ainda fundado na problemática da desigualdade de acesso com qualidade, especialmente nas esferas públicas. Isso porque a realidade social dos alunos do ProJovem e as condições reconhecidamente complexas do ensino público no Brasil deixaram marcas indeléveis nos percursos desses jovens, as quais devem ser obrigatoriamente consideradas, se o objetivo é o estabelecimento de políticas consequentes para a área.

Composição social e trajetórias dos estudantes do ProJovem

Mas, afinal, quem são os jovens participantes do ProJovem Urbano? Quais as suas principais características no que diz respeito à faixa etária, cor/raça, núcleo familiar, escolaridade e trabalho? Quais as suas expectativas iniciais e as suas pretensões após entrar no Programa? Em nível mais específico, o que mais aproxima o ProJovem do campo da EJA?

Os dados selecionados e aqui apresentados foram recolhidos entre cerca de 72 mil jovens matriculados nas primeiras turmas do ProJovem Urbano,³ iniciadas em setembro de 2008, que responderam ao questionário autoaplicável, quando da realização de avaliação diagnóstica dos alunos, em novembro de 2008.⁴

Conforme fica bastante visível no Gráfico 1, e repetindo uma tendência observada nos resultados dos últimos censos escolares, que atestam uma ligeira vantagem no número de mulheres matriculadas no ensino fundamental, a grande maioria dos alunos é do sexo feminino (64,4%), dado que reforça a necessidade de efetivação de políticas públicas de inclusão especificamente voltadas para esse público. Entre as possíveis causas dessa situação, a gravidez na adolescência tem papel de destaque, uma vez que implicaria o abandono escolar precoce de parte do público feminino, evidenciando que a instituição não está preparada para lidar com tal situação, tanto no nível objetivo (instalações para os filhos das alunas etc.) quanto no subjetivo, ou seja, no sentido moral (Almeida, 2008; Heilborn, Aquino e Knauth, 2006).

76

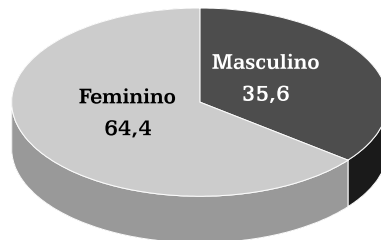


Gráfico 1 – Sexo (%)

Fonte: ProJovem (2009).

³ Tais dados foram processados pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (Caed), vinculado à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), estando o banco de dados sob a responsabilidade da Coordenação Nacional do Projovem Urbano.

⁴ Participaram da pesquisa jovens das cinco regiões do Brasil, residentes nos seguintes Estados/municípios: Amapá (Macapá), Pará (Belém e Ananindeua), Maranhão (Imperatriz), Ceará (Fortaleza e Caucaia), Pernambuco (Recife, Olinda, Paulista e Jaboatão dos Guararapes), Bahia (Salvador, Vitória da Conquista e Juazeiro), Goiás (Goiânia), Mato Grosso do Sul (Campo Grande), São Paulo (Carapicuíba, Diadema, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Osasco e São Vicente), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Itaboraí e Nova Iguaçu) e Paraná (Curitiba).

O Gráfico 2 representa a participação dos jovens no Programa por idade. Pode-se perceber que o público mais representativo está na faixa etária de 25 anos ou mais, abarcando 38% das respostas. Tal situação indica acerto quando da ampliação, na reformulação do ProJovem, da faixa etária dos alunos para além dos 24 anos, seguindo uma tendência já observada em outras ações focadas na educação de jovens, tais como o Programa de Educação de Jovens e Adultos (Peja), desenvolvido na cidade do Rio de Janeiro (Fávero, Ribeiro e Brenner, 2007). Duas outras faixas etárias chamam a atenção: são as dos jovens com 19 e 18 anos ou menos, que, somadas, abrangem em torno de 25% dos respondentes.

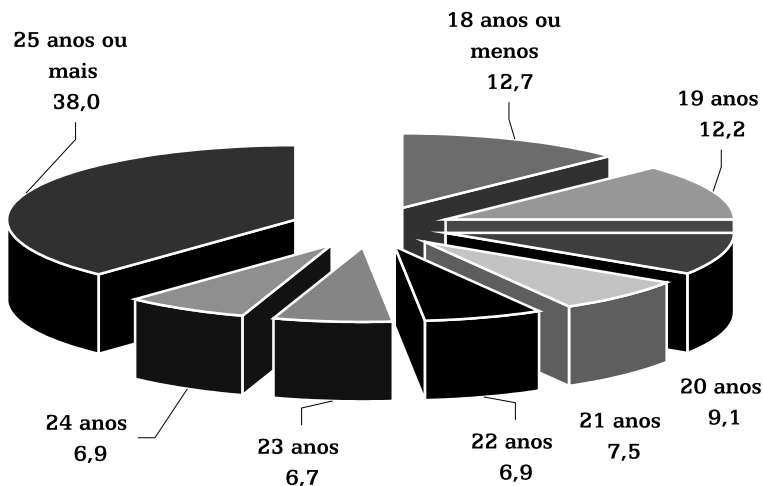


Gráfico 2 – Faixa etária (%)

Fonte: ProJovem (2009).

Sobre a questão da cor/raça, há uma elevada concentração de respostas nos itens pardo (49,5%) e negro (23,3%), como pode ser observado na representação gráfica 3, que, somados, abrangem praticamente 3/4 dos alunos do Programa, dado que vem corroborar os indicadores sociais os quais demonstram ser tais grupos os mais afetados pela exclusão social persistente no País.

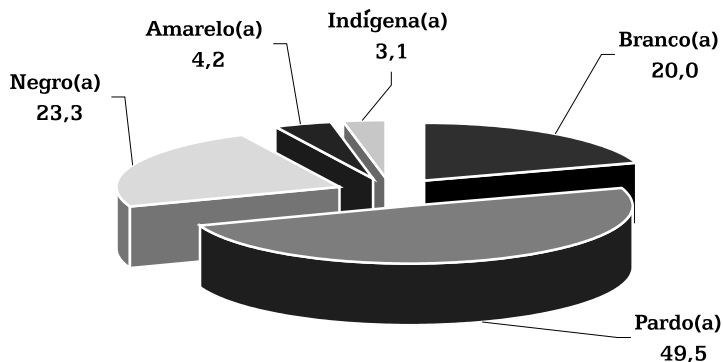


Gráfico 3 – Cor/raça (%)

Fonte: ProJovem (2009).

Apenas 24% dos jovens moram com os pais e 40% deles residem com a mãe. Entretanto, somente 4% declararam não ter irmãos, sendo que 36% são de famílias

numerosas, com cinco ou mais irmãos. O que pode justificar o elevado número de jovens que declarou não morar com os pais talvez seja o fato de 52% deles possuírem cônjuge ou companheiro(a).

É amplamente sabido que o grau de escolaridade dos pais influencia o nível de escolaridade dos filhos. Desse modo, a fim de identificar o nível de alfabetização da mãe do aluno do ProJovem Urbano, foi perguntado se ela sabe ler ou escrever. Dos respondentes, 69% declararam sim, 26% declararam não e 5% alegaram não saber. Porém, de um modo geral, o grau de escolaridade do jovem quase concluinte do ensino fundamental já supera o capital escolar materno e paterno.

Dados importantes dizem respeito aos bens de consumo aos quais esses jovens têm acesso. Apenas 5% deles não possuem TV a cores em seus lares, indicando que essa pode ser uma de suas principais fontes de lazer. Por sua vez, um número bem mais expressivo (15%) não dispõe de geladeira. Também é elevado o percentual dos que possuem aparelhos celulares (67,3%). Ainda que apenas 13,2% deles tenham computador em suas casas – dado este que certamente se constitui em limitador de seu acesso aos meios da informática, cuja consequência pode redundar na exclusão digital –, estudos recentes dão conta do aumento rápido e crescente do acesso à internet entre as classes populares, pela utilização de *lan houses*, entre outros meios.

O passado escolar dos alunos também foi alvo da pesquisa em tela. Conforme fica evidente no Gráfico 4, a maioria dos participantes do Programa (53%) iniciou sua vida escolar aos seis anos de idade ou ainda menos, indicando que um expressivo número desses jovens possivelmente frequentou classes de alfabetização – grande parte delas transformadas em 1ª série do ensino fundamental, a partir da implantação automática, em 1998, em todo o País, do extinto Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), quando a matrícula naquele segmento educacional representava aporte financeiro para a respectiva rede pública de ensino em que o aluno estivesse inserido – ou estabelecimentos de educação infantil, hipótese menos provável, dado o número ainda hoje reduzido dessas unidades no Brasil. Nota-se, entretanto, que um significativo número de alunos do Programa já iniciou sua vida escolar apresentando a chamada distorção série/idade, se consideramos como mínima a entrada no sistema formal de ensino a faixa etária entre seis e sete anos de idade. Prova disso é o somatório dos indicadores que vão de 8 a 11 anos, os quais abrangem mais de 20% do total de respondentes da pesquisa.

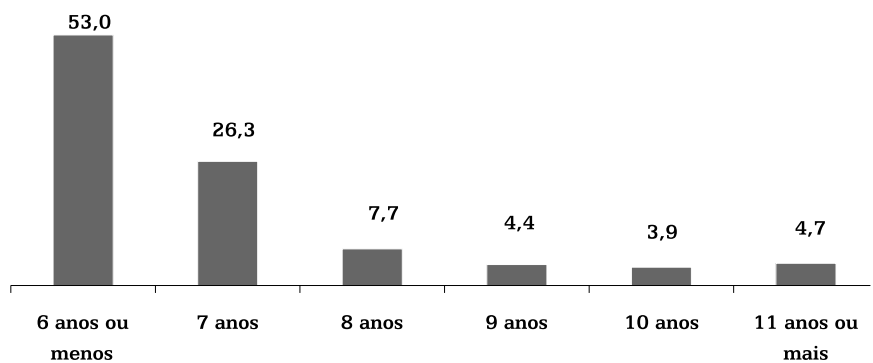


Gráfico 4 – Faixa etária que começou a estudar (%)

Fonte: ProJovem (2009).

Na representação gráfica 5, visualiza-se que 25% dos respondentes concluíram a 7ª série; 21,9% a 6ª série; 24,4% a 5ª série; e 18,7 a 4ª série, o que sinaliza que a maioria desses jovens terminou a primeira etapa do ensino fundamental, mas não logrou êxito em seu segundo segmento, quando o ensino, via de regra, é ministrado não apenas por um docente generalista, mas por um grupo dos chamados professores especialistas. Também nessa direção, recente estudo de Silveira (2009), realizado com alunos do ProJovem na cidade de Salvador (BA), mostra que cerca de 60% dos jovens analisados pela autora abandonaram ou foram expulsos da escola nas duas últimas séries do ensino fundamental, ou seja, a poucos passos da conclusão desse segmento.

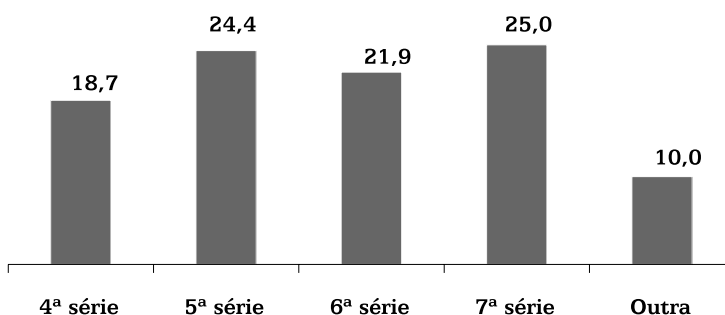


Gráfico 5 – Última série concluída do ensino fundamental (%)

Fonte: ProJovem (2009).

A frequência de alunos que abandonaram os estudos durante o ano é elevada, em torno de 88% – percentual este muito provavelmente em virtude da necessidade de exercerem algum tipo de atividade remunerada –, contra apenas 12% dos que não pararam nenhuma vez. Observa-se, assim, que aproximadamente 50% deles interromperam entre uma e duas vezes, sendo que o expressivo montante de 38% deixou a escola de três a mais vezes antes do término do ano letivo.

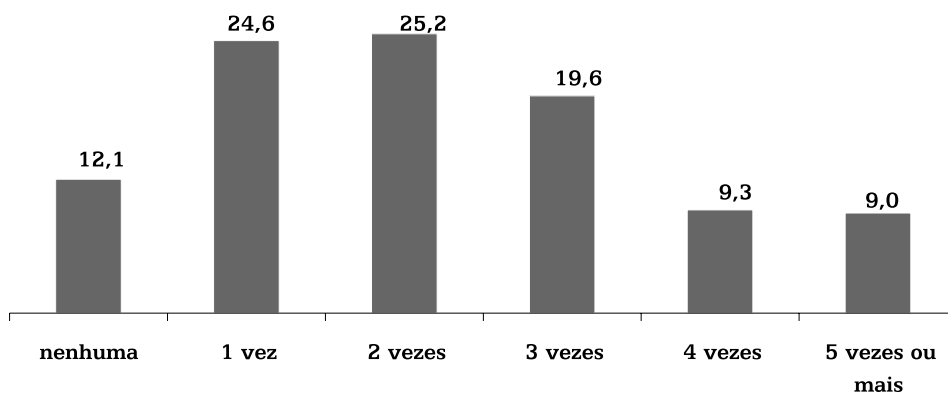


Gráfico 6 – Frequência que começou e parou de estudar durante o ano (%)

Fonte: ProJovem (2009).

O índice de reprovação dos alunos do ProJovem também foi bastante elevado em sua trajetória escolar. Os indicativos mostram que 77,6% dos respondentes já

foram vítimas dessa que talvez seja a mais perversa modalidade do chamado fracasso escolar, contra apenas 22,4% que nunca estiveram em tal situação. Conforme demonstra a apresentação gráfica 7, os índices mais significativos de reprovação dividem-se igualmente entre uma e duas vezes, com um percentual de 23,4% cada um. Ressalta-se que aproximadamente 31% dos alunos foram reprovados de três a mais vezes, o que, conforme demonstram estudos realizados sobre o assunto, pode ter causado efeitos bastante negativos na autoestima desses jovens.

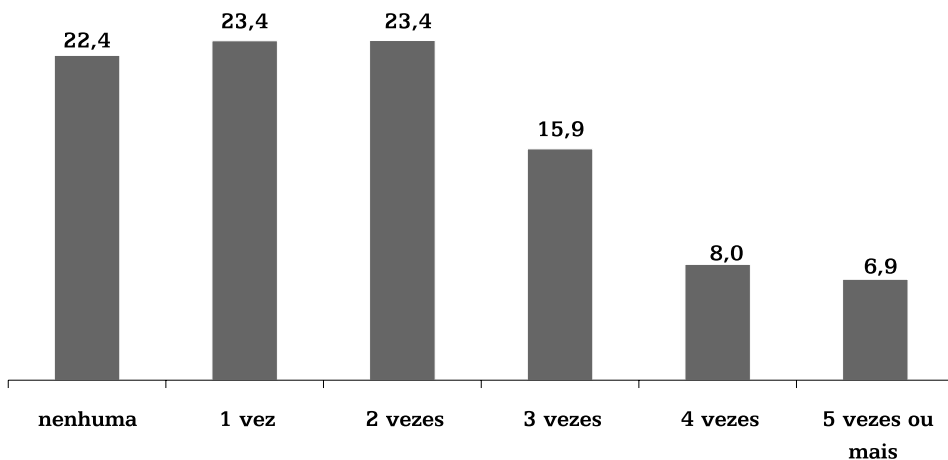


Gráfico 7 – Frequência de reprovação (%)

Fonte: ProJovem (2009).

Esses dados podem ser relacionados com aqueles apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): de cada dez adultos que retomam os estudos, quatro abandonam seus cursos antes de finalizá-los. Ainda segundo o IBGE, 42,7% dos adultos que ingressaram na EJA, em 2007, interromperam os estudos. A situação ainda é mais perversa: das pessoas que saíram da educação de jovens e adultos, apenas 4,3% conseguiram concluir o primeiro ciclo do ensino fundamental (1ª a 4ª série); 15,1% terminaram o segundo ciclo (de 5ª a 8ª série); e 37,9% finalizaram o ensino médio. A avaliação que fazem das chances objetivas de êxito na retomada aos estudos condiciona a própria decisão em investir mais ou menos nessa empreitada. Por esse motivo, muitos abandonam novamente os cursos no campo da EJA.

Outro item explorado na pesquisa concerne à inserção dos alunos no mercado de trabalho, a idade em que começaram a trabalhar, as dificuldades encontradas para conseguir um posto e se receberam alguma ajuda para obter colocação.

A entrada precoce nesse mercado está expressa no Gráfico 8, no qual as faixas etárias de jovens com menos de 10 anos (6,6%), entre 10 e 12 anos (12%), entre 13 e 15 anos (23,3%) e entre 16 e 18 anos (com 22,2%), somadas, refletem a situação de cerca de 64% dos respondentes, fator esse que, sem dúvida, em muito deve ter marcado negativamente a sua trajetória escolar, conforme atestam os gráficos anteriores. Contornos ainda mais complexos assume a situação de jovens ainda no período da infância e da adolescência, uma vez que cerca de 42% se iniciaram no mundo do trabalho ainda nessas fases, quando o ideal é que pudessem dispor de seu tempo para os estudos e o lazer. Também chama atenção a porcentagem de

alunos que nunca tiveram trabalho remunerado, representando 21,5% das respostas, o que, aliado aos dados relativos às suas expectativas em relação ao ProJovem, conforme veremos mais adiante, coloca o Programa como uma das (poucas) alternativas de que podem lançar mão com vistas a qualificar-se para obter um posto no mercado de trabalho.

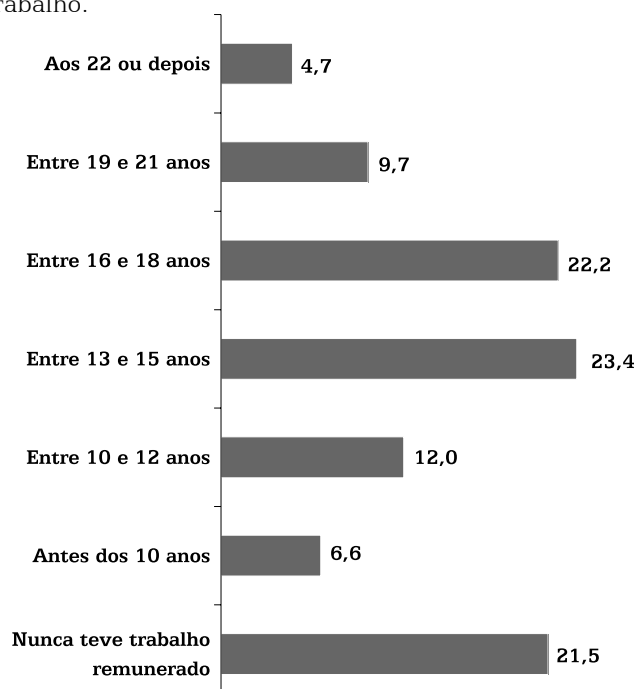


Gráfico 8 – Idade que teve o primeiro trabalho remunerado (%)

Fonte: ProJovem (2009).

De maneira geral, percebe-se em jovens de distintas classes sociais uma certa ansiedade em trabalhar mais cedo. Certamente, para a grande maioria, essa pressa está ligada às necessidades básicas de sobrevivência pessoal e familiar. Por outro lado, na sociedade de consumidores, a urgência também pode estar relacionada com a busca de emancipação financeira, mesmo que parcial, que possibilite o acesso a variados tipos de consumo e de lazer. No entanto, para a maioria dos jovens, a pressa parece estar relacionada com a consciência de que, submetidos às transformações recentes no mercado de trabalho, o diploma não é mais garantia de inserção produtiva condizente com os diferentes níveis de escolaridade atingida.

As dificuldades enfrentadas pelos jovens para conseguir trabalho estão listadas no Gráfico 9. Por ele, percebe-se que a falta de escolaridade exigida é apontada por mais de 1/3 dos alunos como seu principal obstáculo (34,9%), situação bastante recorrente entre outros jovens e adultos do mesmo estrato social e com histórico educacional similar. Outras duas dificuldades apontadas com destaque são a falta de vagas/oportunidades e a de certificação para o exercício de atividades que sabe desenvolver, com 15,1% e 13,7% respectivamente. Também acima de dez pontos percentuais, situam-se a falta de qualificação profissional (11,2%) e a de experiência (11%), indicador este bastante comum também entre jovens com maior escolaridade.

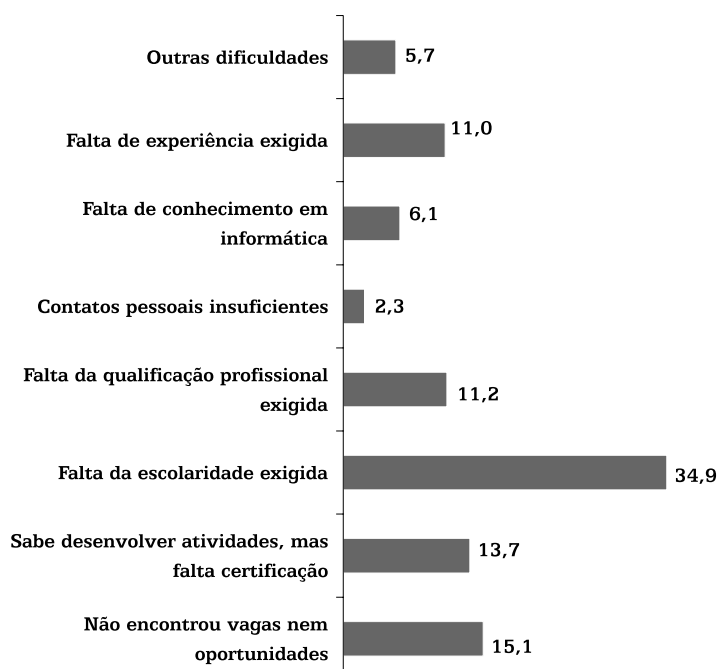


Gráfico 9 – Dificuldades para conseguir trabalho (%)

Fonte: ProJovem (2009).

Ao ser indicado o último ano em que tiveram uma ocupação remunerada, mais de 1/3 dos jovens assinala nunca ter vivido essa situação (33,9%), ao passo que outros 11% assinalam o ano de 2002 ou antes, dados estes que delineiam um quadro pouco animador – talvez impulsionado pela falta de motivação e apoio, conforme veremos a seguir –, quando se associa que somente 12,8% dos alunos pesquisados têm 18 anos ou menos. O Gráfico 10 também aponta que apenas 28,7% obtiveram trabalho remunerado mais recentemente, ou seja, em 2007, o que indica que grande parte dos respondentes vive em situação de dependência financeira há um tempo considerável.

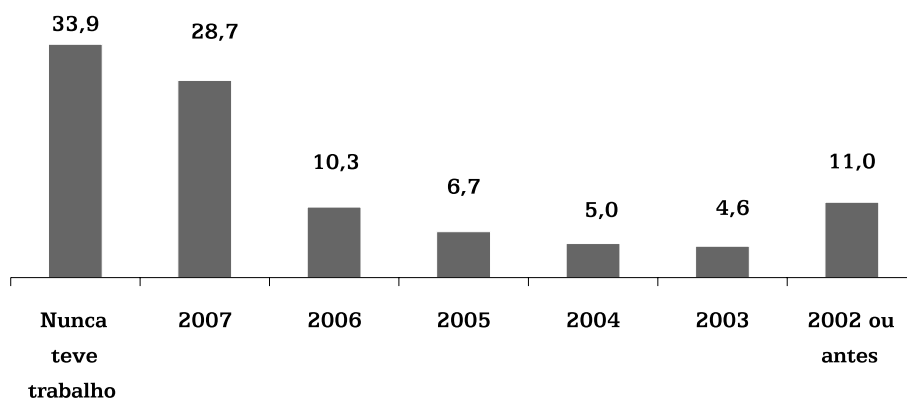


Gráfico 10 – Ano do último trabalho remunerado (%)

Fonte: ProJovem (2009).

As principais medidas tomadas pelos alunos para a obtenção do primeiro trabalho também revelam que eles contaram, preponderantemente, com o apoio de

redes de sociabilidade mais próximas. Assim, a “consulta a parente, amigo ou colega” é o item de maior incidência, com 38,2% de marcação; 25,2% dos jovens não tomaram qualquer providência, dado este certamente relacionado ao percentual de 33,9% dos que, como visto anteriormente, nunca trabalharam com remuneração.

Em que pese o fato de 1/4 dos alunos do ProJovem não ter empreendido qualquer iniciativa para a obtenção de trabalho remunerado, a falta de redes de apoio é uma característica bem marcante desse grupo social. Prova disso é a declaração de aproximadamente 1/3 dos respondentes de que ninguém os ajudou nesse sentido, conforme aponta o perfil do Gráfico 11. Em 2º e 3º lugares, repete-se a situação verificada na representação gráfica anterior, ou seja, são as redes de sociabilidade mais próximas os meios disponíveis para esse fim, no caso, a família, com 28,8% da marcação, e os vizinhos e amigos, com 25,7%. Sobre o crescimento do papel desses núcleos na vida dos jovens na contemporaneidade, Gonçalves (2005, p. 212), com base em Norbert Elias, esclarece que “na ausência do público como fonte de suporte para a vida social [...], o jovem ressent-se da ausência do Estado. Diante de um poder público que não tem feito muita coisa, refluem sobre a família todas as expectativas de suporte e apoio”.

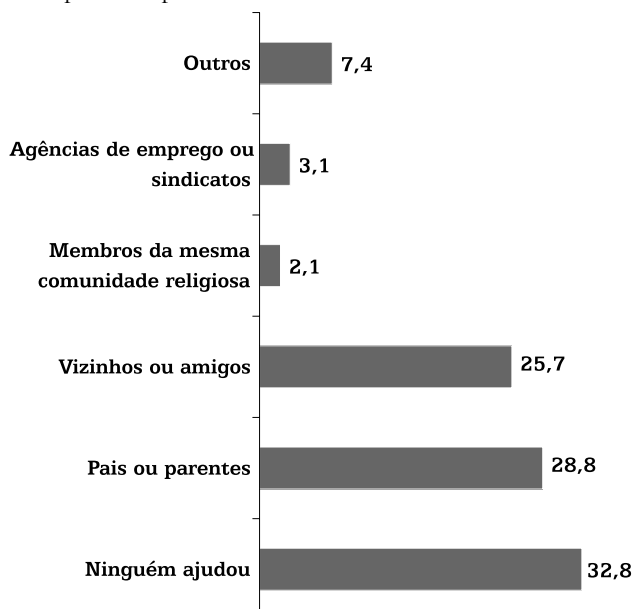


Gráfico 11 – Quem ajudou a conseguir trabalho remunerado (%)

Fonte: ProJovem (2009).

No Gráfico 12, pode-se visualizar o rendimento mensal que os jovens obtiveram em seu último trabalho remunerado. A faixa salarial mais assinalada está em até meio salário mínimo, com 64,7% das respostas. Em seguida, e bem abaixo, 26,9% alegam rendimento de meio a um salário mínimo. Considerando que 90% dos entrevistados situam-se na faixa de ganhos de até um salário mínimo, com predominância na metade, presume-se que um grande número desses jovens se encontra, ou já se encontrou, no mercado informal, em situação absolutamente precária.⁵

⁵ Cabe lembrar que a Constituição Federal estabelece que ninguém pode receber menos de um salário mínimo, se trabalha mais de 44 horas semanais.

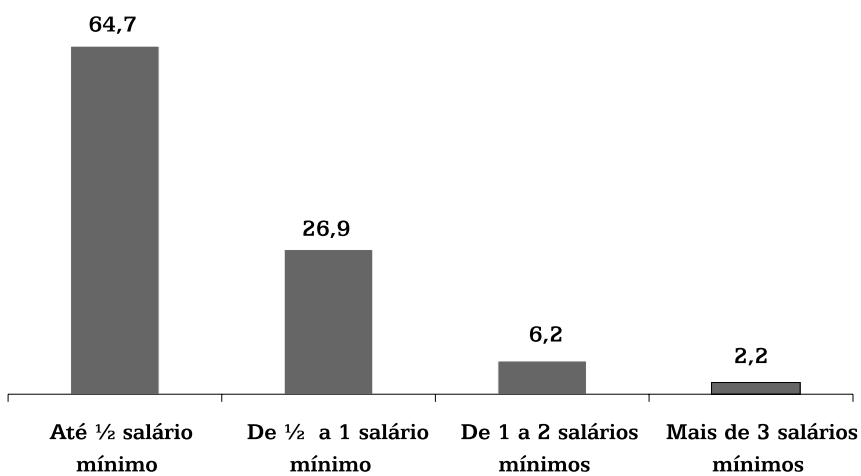


Gráfico 12 – Rendimento mensal do último trabalho (%)

Fonte: ProJovem (2009).

Em estreita relação com a situação anterior, o Gráfico 13 mostra que o vínculo empregatício mais assinalado pelos jovens é o do trabalho informal, cujos indicadores somados abarcam mais de 77% das respostas. Assim, 49,8% trabalham sem carteira profissional assinada e 20,5% são autônomos. O emprego com carteira assinada representa a situação de apenas 1/4 dos respondentes, com 22,5% da marcação.

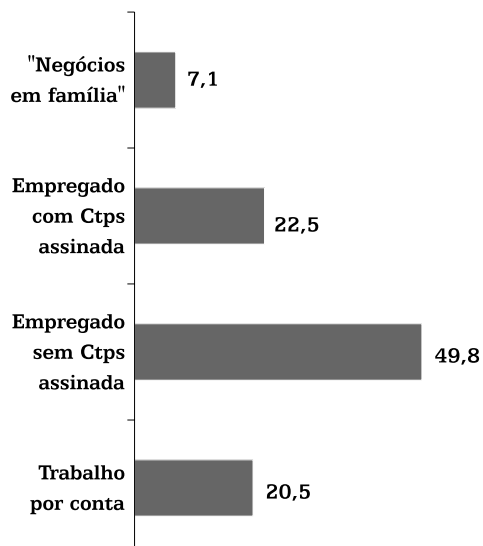


Gráfico 13 – Tipo de vínculo empregatício (%)

Fonte: ProJovem (2009).

Qualificar-se para o mercado de trabalho é o principal motivo de inscrição no Programa, com 40,8% das respostas, o que, mais uma vez, reafirma a dimensão que este assume como estratégia de vida para essas populações. Em seguida, o foco de interesse é a conclusão do ensino fundamental, com 27,5%. Como também expresso no Gráfico 14, o aprendizado de outra profissão (13,3%) é um dos pontos fortes de atração para o Programa, denotando o interesse de parte do público-alvo em mudar de situação.

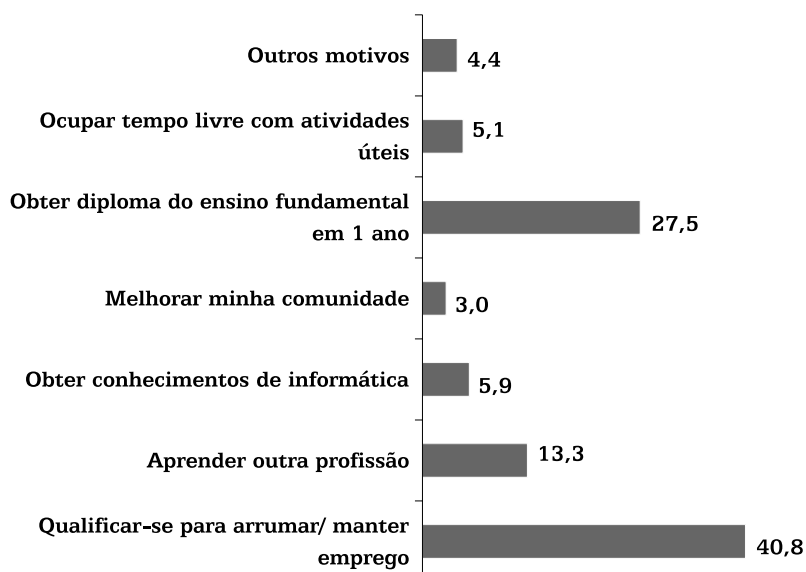


Gráfico 14 – Motivo de inscrição no ProJovem (%)

Fonte: ProJovem (2009).

Sem dúvida, a questão dos postos de trabalho atravessa toda a agenda da juventude nos dias de hoje, há desafios específicos ligados ao desemprego juvenil e aos novos padrões de trabalho assalariado. Como alerta Novaes (2007), os jovens de hoje trazem um profundo “medo de sobrar”. Eles sabem que os certificados escolares são imprescindíveis, mas sabem também que as rápidas transformações econômicas e tecnológicas se refletem no mercado de trabalho precarizando relações, provocando mutações, modificando especializações e sepultando carreiras profissionais. Frente à globalização dos mercados, redesenha-se o mundo do trabalho e se constrói novas culturas. Sem dúvida, o ProJovem acerta quando busca integrar educação e trabalho, mas parece que nos níveis locais não tem conseguido cumprir tal expectativa junto ao seu público.

Se o interesse inicial do aluno é a qualificação para o trabalho, uma vez inserido no Programa, a maior contribuição que este lhe oferece é a possibilidade de continuar os estudos (45,3%), dado que pode estar relacionado a dois motivos: à não satisfação de suas expectativas no sentido de formar-se para o trabalho – item que aparece bem atrás, em segunda colocação, representado por 27,3% dos que esperam conseguir emprego – ou ainda à atuação dos docentes, que, muitas vezes, agem como incentivadores da retomada da vida escolar de seus alunos, conforme os relatos informais dos supervisores de campo do ProJovem (Gráfico 15). Atente-se para o fato de 9,2% dos respondentes afirmarem que a ação contribuiu para a melhora de sua autoestima, o que vai ao encontro dos pressupostos que atestam os efeitos perversos da baixa escolaridade entre os que saíram ou foram expulsos do sistema de ensino durante a sua trajetória escolar.

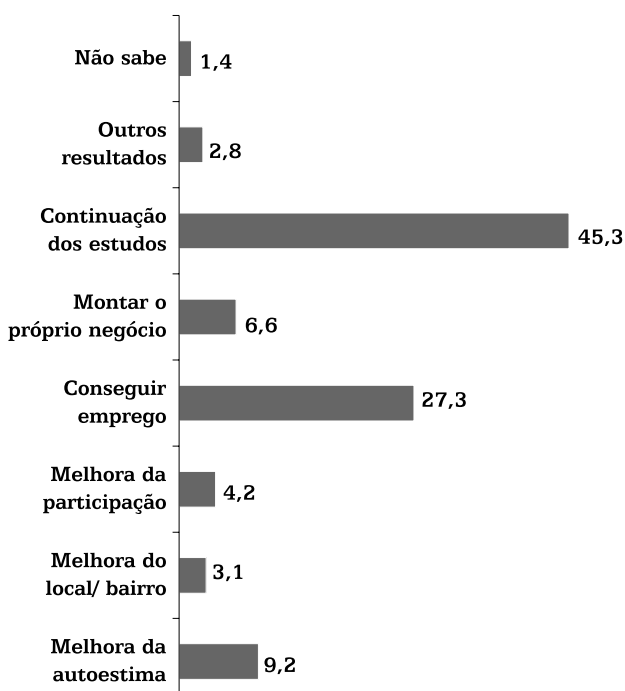


Gráfico 15 – Contribuição do ProJovem (%)

Fonte: ProJovem (2009).

Desafios em debate

86

Conforme foi visto, os diversos cenários em que transitam e atuam os alunos do ProJovem são bastante similares àqueles nos quais se inserem os demais atores das classes de EJA no País. De modo geral, são jovens caracterizados por indicadores, entre outros, de cor/raça em que a parda/negra predomina; de renda baixa, tanto familiar quanto individual; de oportunidades de formação e inserção no trabalho precárias; de acesso limitado a bens de consumo; e de redes de sociabilidade restritas. Tais indicadores são bastante compatíveis com os comumente observados entre os alunos da EJA, os quais reproduzem as principais características das populações situadas nos estratos mais empobrecidos da sociedade brasileira.

No que diz respeito à sua trajetória escolar, em particular, são sujeitos marcados por desigualdades e discriminações – bastante visíveis, como vimos, em sua origem social, nos recortes étnico-raciais, nas disparidades econômicas etc. – que se combinam e se potencializam, produzindo diferentes graus de vulnerabilidade, cujos efeitos culminam na recorrência de situações de entrada e saída nas redes de ensino, repetência, abandono precoce, desinteresse pelos estudos etc., que, em última instância, denunciam o quanto a escola se afasta e se exclui tão precocemente da vida desses jovens.

Pelo que foi aqui apresentado, percebe-se, portanto, que falar do aluno do ProJovem é, basicamente, falar do aluno da EJA. Assim, se no foco das propostas pedagógicas direcionadas para esses sujeitos estiverem eles próprios, a aproximação do campo da EJA com o ProJovem poderá compor arranjos capazes de enfrentar, de forma mais qualificada e coerente, os imensos desafios que ao longo dos anos vêm se

impondo ao sistema educacional brasileiro, no sentido da escolarização dessas populações.

Como previne Di Pierro (2008, p. 163), *em um país como o Brasil, é sempre arriscado fazer generalizações, pois estratégias bem-sucedidas ou adequadas em um determinado contexto podem ser inviáveis ou inapropriadas em outros*. Porém, certamente, a partir de um acúmulo significativo de experiências apreendidas na educação de jovens e adultos, pode-se afirmar que a escolarização deve estar vinculada aos demais direitos humanos e sociais, em especial ao trabalho, que têm uma profunda centralidade na vida dos jovens mais pobres. Outro aspecto importante é garantir a oferta de múltiplas oportunidades de escolarizações a esse público jovem, que considerem, principalmente, suas necessidades e possibilidades, para que ele permaneça em um programa como o ProJovem, por exemplo. Para tanto, Estados e municípios devem ler o Programa e traduzi-lo para a realidade de seus alunos e de sua localidade, na perspectiva de garantir o direito a uma oferta pública diversificada e qualificada, articulando-o com as demais iniciativas em curso nos seus respectivos territórios.

Numa projeção mais ampliada, cabe ainda perguntar: para onde irão os jovens que concluem o ProJovem? Quem os encaminhará para o ensino médio? Estas são questões que devem ser obrigatoriamente enfrentadas pelas esferas públicas, se a perspectiva é, de fato, a reinserção desses sujeitos num processo educacional mais amplo, capaz de alavancá-los para patamares que, por uma série de motivos, até então lhes foram subtraídos.

Sabe-se que reverter indicadores sociais, nestes obviamente incluídos os educacionais, não é tarefa fácil e as soluções não são simples. Em que pese à existência de boas ideias, bons projetos e bons currículos, importa, sobretudo, pensar na realidade desses sujeitos. Para tanto, considerar suas demandas, necessidades e desejos, muito especialmente aqueles relativos ao âmbito da educação e do trabalho, é de fundamental importância, a fim de que se possa conformar políticas públicas integrais capazes, como alerta Abramo (2008), de produzir uma escola que caiba na vida desses jovens, e não o contrário.

Referências bibliográficas

ABRAMO, Helena. *Relatório Nacional Brasil: pesquisa quantitativa*. São Paulo: Instituto Pólis, 2009.

_____. Que é ser jovem no Brasil hoje? In: SOUTO, Anna Luiza Salles (Coord.). *Ser joven en Sudamérica: diálogos para a construcción de la democracia regional*. Valparaíso, Chile: Ibase, Polis, CIDPA, IDCR, 2008. Disponível em: <http://www.cidpa.cl/txt/Joven_sudamerica/Joven_enSudamerica.pdf>.

ALMEIDA, M.C.C. *Gravidez na adolescência e escolaridade: um estudo em três capitais brasileiras*. 2008. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal da Bahia, (UFBA), Salvador, 2008.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. *Projeto pedagógico integrado – PPI – ProJovem Urbano*. Brasília, 2008. Disponível em: <www.projovemurbano.gov.br/userfiles/file/SET%202008_%20PPI%20FINAL.pdf>.

DI PIERRO, Maria Clara (Coord.); VÓVIO, Cláudia Lemos; RIBEIRO, Eliane. *Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: lições da prática*. Brasília: Unesco, 2008.

FÁVERO, Osmar; RIBEIRO, Eliane; BRENNER, Ana Karina. Programa de Educação de Jovens e Adultos (Peja). In: HADDAD, Sérgio (Coord.). *Novos caminhos em educação de jovens e adultos*. São Paulo: Global, 2007.

GONÇALVES, Hebe Signorini. Juventude brasileira: entre a tradição e a modernidade. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 207-219, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0103-20702005000200009&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 21 jul. 2009.

HEILBORN, Maria Luiza; AQUINO, Estela M. L.; KNAUTH, Daniela Riva. Juventude, sexualidade e reprodução [Editorial]. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 7, p. 1362-1363, jul. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. *Brasil 2006*. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: abr. 2008.

88

NOVAES, Regina. Juventude e jogos de espelhos: sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. *Sociologia, Ciência e Vida*, São Paulo, n.º especial, out. 2007. Disponível em: <<http://www.antropologia.com.br/arti/arti38.htm>>.

PROJOVEM. *Perfil dos alunos do ProJovem Urbano: um estudo a partir do survey 1 – 1ª entrada*. Rio de Janeiro, 2009. [Meio magnético, não disponível para consulta].

SILVEIRA, Olívia Maria Costa. *O unicórnio e o rinoceronte: uma análise do ProJovem a partir da percepção de seus beneficiários*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2009.

Eliane Ribeiro Andrade, doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e mestre em Educação pelo Instituto de Estudos Avançados em Educação (Iesae), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), é professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

elianeribeiro@domain.com.br

Luiz Carlos Gil Esteves, doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), é professor e pesquisador da Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

luizesteves@yahoo.com.br

Edna Castro de Oliveira, doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), é professora adjunta da Ufes, integra a linha de Pesquisa Diversidade e Práticas Educacionais Inclusivas do PPGE/CE /Ufes e coordena o Núcleo de Educação de Jovens e Adultos do Centro de Educação da Ufes.

oliveiraedna@yahoo.com.br